



GT 02. Amazônia e Nordeste indígenas: por uma etnologia transversa

Coordenador(es):

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (UFBA)

Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará)

Sessão 1

Debatedor/a: Ugo Maia Andrade (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Trata-se de reeditar o fórum de debates – iniciado há quase uma década nos espaços da RBA e REA – em busca de confluências etnográficas entre sistemas ameríndios na Amazônia e no Nordeste/Leste brasileiro, regiões cujas etnologias tradicionalmente vêm conservando, uma em relação à outra, reservas e antíteses de naturezas conceitual, metodológica e ideológica. Mais que ratificar distinções, cabe procurar as membranas e intersecções entre as etnologias produzidas sobre ambas as regiões, seja, por exemplo, através de pesquisas sobre sociogêneses na Amazônia ou sobre o xamanismo atinente ao complexo do Toré no Nordeste/Leste. Nesse espírito, o GT pretende reunir comunicações interessadas na construção de comparações etnológicas Amazônia-Nordeste/Leste a partir de eixos comuns que modulam relações interindígenas ou entre índios e não índios – sob olhares etnográfico, histórico ou etno-histórico – preservando o espírito salutar de propor alternativas à dicotomia “externalismo X internalismo” que tem balizado a produção antropológica sobre o Nordeste/Leste e a Amazônia indígenas, nas últimas décadas, e que urge problematizar, mediante a criação de um espaço que acolha os distintos contextos etnográficos e as diversas perspectivas teórico-metodológicas que compõem a etnologia indígena no Brasil, assegurando-lhes interação e permanente exercício comparativo. Trabalhos de pesquisadores indígenas serão especialmente bem vindos.

Arara da Volta Grande do Xingu: etnogênese e reforma social

Autoria: Eduardo Cezar Cândido Xavier Ferreira (PPGSA)

Este artigo pretende abordar o processo de etnogênese dos Arara da Volta Grande do Xingu (VGX). Esse povo que habita a Terra Indígena homônima empreendeu um processo de resgate de sua identidade indígena em fins do séc. XX, período associado a um acirramento da disputa por território na região da Volta Grande do Xingu com o incremento na chegada de não-indígenas e também de grandes empreendimentos. É nesse contexto que Leôncio, importante pajé e antiga liderança Arara, hoje já falecido, toma consciência da importância de garantir o território de ocupação de seus parentes e começa a mobilizar diferentes estratégias para isso. Na década de 2000, no contexto de crescente pressão para implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, Leôncio, mobilizando a identidade indígena Arara, reivindica a demarcação de uma Terra Indígena. Além de importante liderança política e um dos anciões da Volta Grande do Xingu, ele foi um pajé de renome na região. Todas essas qualidades e seu histórico de vida o transformaram em uma peça central no destino do povo Arara. É importante qualificar esse processo de resgate da identidade indígena, pois o fato de se “certificarem”, nas palavras de Leôncio, como Arara não quer dizer que são ou querem ser como seus parentes da TI Arara e Cachoeira Seca. Um ponto curioso desse processo é que, apesar de Leôncio guardar em sua memória certas práticas e instituições rituais dos Arara, os quais aprendeu com sua mãe, e mobilizá-las durante o processo de demarcação da TI e “certificação” Arara, esses recursos tradicionais, embora salvaguardados na memória social do grupo, não parecem serem mobilizados no cotidiano da vida em aldeia. Essa aparente contradição pode sugerir que se a identidade Arara foi resgata, ela está



fundamentada em outras bases. O objetivo deste artigo é ser um primeiro passo de uma pesquisa que visa analisar a relação entre o contexto externo aos Arara, seu processo de etnogênese e reforma social implementado por Leôncio. Para tanto, este artigo se baseará na leitura de uma fatia da bibliografia disponível e procurará colocar em diálogo duas correntes de pesquisa etnológicas a fim de iluminar o caso em questão. Por um lado, procurarei relacionar a história recente dos Arara e sua relação com agentes externos, incluindo grades empreendimentos, por meio de autores como Oliveira (1998) e Arruti (1997) e o papel de Leôncio Arara enquanto um reformador social, a partir de autores como Brightman, Fausto e Grotti (2016), Fausto, Xavier, Welper (2016) e Santos (2019).

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: